

**Como preparar um professor para “ser” inclusivo: reflexões sobre a formação docente**  
**How prepare a teacher to “be” inclusive: reflections on teaching training**  
**Cómo preparar a un maestro para "ser" inclusivo: reflexiones sobre la formación docente**

Recebido: 19/07/2020 | Revisado: 07/08/2020 | Aceito: 17/09/2020 | Publicado: 19/09/2020

**Tatiany Michelle Gonçalves da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8428-0630>

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil

E-mail: [tatyalmeidaesilva@gmail.com](mailto:tatyalmeidaesilva@gmail.com)

**Dirceu Manoel de Almeida Junior**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3268-6671>

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil

E-mail: [dirceujunior2014@gmail.com](mailto:dirceujunior2014@gmail.com)

**Rodrigo Francisco Dias**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4791-6625>,

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Brasil

E-mail: [rodrigo.dias@ifmg.edu.br](mailto:rodrigo.dias@ifmg.edu.br)

**Resumo**

O presente artigo levanta a reflexão da ação formativa docente na área da educação inclusiva relaciona diretamente a atuação, busca debater sobre a importância dessa formação desde a formação inicial (graduação). Engendra a importância dessa *preparação* como garantia de uma atuação que proporcione a esses educandos equidade nas oportunidades e ofertas de ensino, garantindo a eles condições curriculares que vão além das propostas pela adequação curricular e na temporalidade. Com o objetivo de ampliar e assegurar sua participação social em seu meio educacional e não apenas a sua “socialização”. Usamos como metodologia a análise documental das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e a revisão bibliográfica de alguns autores sobre a temática da formação de professores na área de educação inclusiva. Após alçar esse debate sobre a formação docente na graduação para a atuação e a importância dessa formação em um sistema educacional que buscar ser inclusivo, concluímos que muito ainda temos a discutir sobre a formação docente nessa área.

**Palavras-chave:** Formação docente; Educação inclusiva; Sistema educacional.

### **Abstract**

This article raises the reflection of the teacher training action in the area of inclusive education directly relates the performance, seeks to debate the importance of this training since the initial training (undergraduate). It engenders the importance of this preparation as a guarantee of a performance that provides these students with equity in educational opportunities and offers, guaranteeing them curricular conditions that go beyond those proposed for curricular adequacy and temporality. With the aim of expanding and ensuring their social participation in their educational environment and not just their “socialization”. We used as a methodology the documentary analysis of the National Curriculum Guidelines for the Undergraduate Course in Pedagogy and the bibliographic review of some authors on the theme of teacher education in the area of inclusive education. After raising this debate on teacher training in undergraduate courses for the performance and the importance of this training in an educational system that seeks to be inclusive, we conclude that we still have a lot to discuss about teacher training in this area.

**Keywords:** Teacher training; Inclusive education; Educational system.

### **Resumen**

Este artículo plantea la reflexión de la acción formativa docente en el ámbito de la educación inclusiva que relaciona directamente el desempeño, busca debatir la importancia de esta formación desde la formación inicial (pregrado). Engendra la importancia de esta preparación como garantía de un desempeño que brinde a estos estudiantes equidad en las oportunidades y ofertas docentes, garantizándoles condiciones curriculares que van más allá de las propuestas para la adecuación y temporalidad curricular. Con el objetivo de ampliar y asegurar su participación social en su entorno educativo y no solo su “socialización”. Se utilizó como metodología el análisis documental de los Lineamientos Curriculares Nacionales de la Licenciatura en Pedagogía y la revisión bibliográfica de algunos autores sobre el tema de la formación docente en el área de educación inclusiva. Luego de plantear este debate sobre la formación docente en los cursos de pregrado para el desempeño y la importancia de esta formación en un sistema educativo que busca ser inclusivo, concluimos que aún tenemos mucho que discutir sobre la formación docente en esta área.

**Palabras clave:** Formación de profesores; Educación inclusiva; Sistema educacional.

## 1. Introdução

Nada mais coetâneo na educação quanto se falar sobre a educação inclusiva, não se pode mais dizer em processos educacionais sem considerar as práticas inclusivas, os seus desafios e principalmente a atuação docente nessa área. Hoje entendemos a importância desse processo educacional, temos consciência de que essa modalidade de ensino só tende a crescer em nosso país e que ao analisarmos a atuação docente devemos considerar a sua formação inicial e continuada nessa área, para depois entendermos os desafios profissionais que esse tem que superar para realizar efetivamente práticas inclusivas em ação laboral.

Para entendermos melhor como é atuação do profissional que realiza os processos de inclusão, analisamos suas ações e consideramos as suas aspirações ideológicas sobre o tema. Escolhemos realizar nossa análise sobre a atuação de profissionais que esteja engajados na área de inclusão de forma a considerar os seus desafios de atuação nessa modalidade, o quanto é importante o respeito ao perfil individual de cada aluno e pôr fim a importância da formação pessoal e social nessa área.

Levantamos ainda o debate de quanto é importante que esse profissional que estar diretamente em atuação na sala de aula inclusiva - aprenda o quanto a sua formação difere sua prática, a tornando em inclusiva. Para isso identificamos um dos grandes equívocos de atuação desse profissional em atuação que é confundir seu papel docente realizando apenas processos de socialização desses educandos e não o de escolarização que lhe é devido.

Evidenciamos essas ações ao analisamos as *práticas docentes de um sistema inclusivo*, assim como demonstramos que a perpetuação de um sistema de repetição, memorização e avaliações quantitativas são tendenciosas ao fracasso desses educandos assim como dos demais, apontamos nesse capítulo ainda meios de se promover uma educação que dê autonomia, desperte as habilidades e aprendizagens dos educandos que tem necessidades educacionais especiais. Ações essas que segundo as estratégias para alunos com necessidades educacionais especiais (2003) se:

A figura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento, é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (MEC,2003, p.16)

Para entendermos melhor essa capacitação, buscamos analisar a atuação individual desses professores em atuação nessas escolas através do capítulo práticas *de um professor inclusivo*, no qual buscamos despertar para o entendimento que além de sua formação inicial esse deve ter um compromisso de caráter político-social de atuação no qual esse entenda que suas ações diretas com esses alunos podem mudar suas vidas, garantindo-lhes sua participação social ou não. E que cabe a cada um desses profissionais ir além da preparação de sua formação (graduação) por meio de uma instrução contínua nessa área assim, como ter o compromisso de busca ampliar sua visão sobre atuação dentro da modalidade de educação especial/inclusiva e de atentar das necessidades desses educandos de se escolarizados não só de ser socializados.

### **Práticas docentes de um sistema inclusivo.**

Para iniciarmos nossa pesquisa buscamos entender os processos de formação nos quais esses docentes passam para poderem instruir os seus alunos, podendo esses ou não serem alunos com condições especiais de aprendizagem- os chamados ANEE's. Formação essa que se dá entre a: formação inicial (graduação) e de formação continuada, a própria prática docente é uma ação formativa contínua. O que difere é como esse profissional entende como ação inclusiva e como esse atua , esses processos de preparação educativos desse docente pode servir para despertar nesses profissionais ações diretas de atuação como professores inclusivo não apenas de “socializador” desses alunos, respeitando as suas limitações e potencializando suas habilidades para que assim esses possam estar preparados para uma atuação social em seu meio ou se apenas condiciona-lo a práticas de uma docência reprodutiva e excludente.

Para isso é necessário entender que o processo de “socialização”, no qual se pauta grande maioria das práticas de inclusão de muitos professores, que muitos entendam como um processo normal e corriqueiro do dia-a-dia, que o papel da escola deve ir além da sua ação social já que essa prática em sua vida ocorre em todos os espaços onde esses alunos estão inseridos como: em suas casas, na rua e nos espaços de atendimento de saúde que são atendidos. Por isso não cabe a escola apenas socializa-los e sim colocar em prática a efetivação de sua escolarização, como realiza com qualquer outro aluno, cabendo o agente direto dessa prática –o professor, entender que sua atuação de docente na educação inclusiva é o de preparar/promover seu educando para que estes sejam inseridos nos meios sociais de forma igualitária (Figueira, 2018).

Para isso devemos ter em mente que a tarefa da escola e seus agentes, enfim de toda sociedade, deve se pautado na ação direta da construção de um sistema educacional que atenta a “todos” e seja feito para todos, dando espaço para a reflexão do conhecimento e do aprender com a diversidade, extinguindo os processos mecanizados de “aulas” , que apenas vitimizam nossos educandos com a imposição da memorização, repetição e registro quantitativo para fim de avaliação de suas aprendizagens , sendo algo que se perpétua e corrói todo nosso sistema escolar, estando presente metodologicamente da educação básica até na universidade (Demo, 2016).

Para construirmos um sistema educacional que possa realmente se chamado de inclusivo, essas práticas devem ser abandonadas. Se práticas como essas não atendem nem os alunos ditos normais imagina os alunos que necessitam de condições de adequação curricular, de temporalidade e de ação metodologia alternativas (LBI,2015). Bom, já sabemos essa resposta. Então por que não buscarmos uma ação (práxis) que atenda a todos, não só de forma igualitária, mas sim de forma completa, respeitando cada indivíduo como um único ser, valorizando suas potencialidades e habilidades, para que as práticas educacionais promovam sua vida e proporcione sua participação integral na sociedade de forma perfectível (Demo, 2002)

Então o que falta para se construir essa ação no cotidiano de nossas escolas? Aprendermos a ser inclusivos, o que com certeza não é nada fácil, pois não fomos preparados desse o início de nossa escolarização para isso, quantos de nós tivemos o privilégio de conviver com pessoas com deficiências em nossas turmas? Podemos dizer poucos, algo que a história da inclusão em nosso país nos conta o porquê (Ferreira, 1993), processo excludente esse que felizmente hoje não ocorre mais e assim gera a oportunidade de convivência com a diversidade a nossos educandos e prepara a futuras gerações de forma ampla a debate e da visibilidade a todos.

Mas para se concretizar essa ação nas nossas escolas, nos educadores devemos considerar a educação como estratégia de aprendizagem e de formação emancipatória de indivíduos, buscarmos a meta de realizar uma educação inclusiva que gere autonomia e conhecimento a todos de forma integral o que segundo Freire (1996) em sua obra Pedagogia da Autonomia é sim responsabilidade do professor promover a valorização do indivíduo em seu meio. Mas como cobrar de alguém que promova uma ação de emancipação e de autonomia nas aprendizagens de seus educandos, se esse indivíduo não teve em sua formação acadêmica/ profissional esses princípios despertados. Por isso:

A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática docente espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência e feito, a falta de rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. Este não é o saber que o pensar certo procura. Por isso é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador (Freire, 1996, p. 18).

Possibilitando assim ao educando em qualquer que seja a modalidade de ensino que se enquadre ou segmento que esteja, rompa as barreiras que impedem a construção do idealizado sistema educacional público brasileiro, onde não se aja exclusão, evasão e déficits baixos de aprendizagens. Onde o docente estabelece vínculos com seus discentes e faz da escolarização um meio de formação para a cidadania plena, algo que só pode ocorrer através da reflexão do papel do professor no processo inclusivo de todos, algo que com certeza pode começar desde a formação inicial deste docente e se aperfeiçoar ao longo de sua docência, rompendo com o atual sistema educacional que hoje nos é apresentado.

Sistema esse que corrobora com as falhas que vitimiza a décadas as últimas gerações da classe baixa brasileira sendo esse um dos fatores de elitização do conhecimento e exclusão de muitos da rede de ensino, algo que se tornou tão evidente que em seu texto “Vítimas de Sala de Aula” o professor Pedro Demo (2016) realiza uma provocativa análise de como os futuros docentes são formados nas universidades para a atuação em sala de aula, aprendendo apenas reproduzir o que aprendeu, sendo esse mais uma vítima de um sistema de reprodução mecanizada de repasse de conteúdo, desde a sua alfabetização até a sua graduação, e isso é ele chama de sistema de “aula” e a esse sistema atribuí as falhas da nossa escolarização.

Para romper com esse sistema devemos mudar as nossas práticas algo que parece ser meramente simples e comum, mas que na prática não é tão simples quanto parece, principalmente na área de educação inclusiva para remodelarmos nossas práticas devemos ter esse conhecimento - que é específico como os de alfabetização no bloco inicial, que isso requer horas de leitura e práticas já que não temos como saber o que vai ser ou não aproveitado desse conhecimento teórico na prática e que para se chegar a uma práxis realmente inclusiva, devemos ampliar nosso conhecimento as ações metodológicas: que podem ser contextualizadas e interdisciplinaridades, para que conteúdos simples do currículo possam ser melhor assimilados por esses educandos.

Considerando sempre que cada aluno que atendemos nessa modalidade necessita a nossa readaptação metodologia a suas particularidades - laudos apenas aponta as suas limitações já identificadas, mas não pode ser usado como um manual ao pé da letra. Lembrando que cada indivíduo é único e sua aprendizagem também, assim como a atuação do docente em sua vida (Mantoan, 2003)

Considerando tudo isso, podemos dizer que muito temos caminhado para a construção desse sistema inclusivo em nosso país, que ao longo desses anos se tem avançado consideravelmente nessa área, mas que muito ainda tem para ser realizado para a promoção da educação inclusiva no nosso sistema educacional (Mantoan; Prieto, 2006). Que metas como proporcionar aos seus educandos o desenvolvimento da autonomia da construção de aprendizagem está ocorrendo, e que esses mesmos indivíduos estão cada vez mais sendo inseridos nesse processo inclusivo.

As escolas brasileiras atualmente têm 57,8% de alunos com condições especiais de ensino segundo dados coletados no C.E - Censo Escolar de 2017, indivíduos esses que são classificados conforme sua especificidade, podendo esses terem laudos de deficiência intelectual, transtornos de desenvolvimento global e de altas habilidades, esses indivíduos podem estar divididos entre as modalidades de ensino regular da pré-escola até o Ensino Médio. Esse é apenas um dado que novamente reforça a importância da formação docente na área inclusiva, mas como fazer isso? Como prepara um professor para não apenas está na de inclusão, mas sim “ser” inclusivo.

## **2. Metodologia**

Essa pesquisa surgiu de um período de observação do trabalho educacional docente na rede de ensino de uma escola pública, se foca na análise dessa atuação sobre a perspectiva da educação inclusiva a chamada educação especial. De como boas práticas educacionais podem ser confundidas como “boas práxis” – que são ações diretas da teoria com a ação prática no exercício da docência, mas que se resulta de uma ação conciliada de teoria e prática, mas em grande maioria a ação direcionada a esses educandos público –alvo dessa modalidade tem sido praticada apenas para sua integração, segundo Mantoan (2016).

Realizamos alguns questionamentos sobre a formação do professor, sempre no aspecto da formação continuada, como esse tem se preparado para o atendimento para a docência nessa modalidade de ensino? Mas percebemos que atualmente, esse ao sair de sua formação inicial sofre com “angustiante” ideia de atendimento desse alunado,



chamados alunos especiais, já que sua formação inicial (graduação) não tem lhe dado a oportunidade de uma formação mais aprimorada sobre essa área. Então realizamos nosso trabalho com base na metodologia qualitativa da pesquisa, que busca a análise crítica dos caminhos dos processos científicos na formação desses futuros professores (Mantoan, 2016, p.31)

Já que nas escolas temos profissionais que estão na rede de ensino a alguns anos, mas temos também docentes recém-formados, contratados e com pouco tempo de efetivação, que devem optar e escolher essas turmas? Então partimos para a simples análise, por que esperar que o mesmo provoque inúmeros erros e acertos de suas práxis, durante a sua própria formação nessa modalidade? Por que não os preparar desde a sua formação inicial para uma prática “inclusiva”?

Com base nesses questionamentos, partimos para a leitura atrás de uma base bibliográfica de autores como Maria Tereza Égler Mantoan, Pedro Demo e Emilio Figueira; autores esses que corroboram com nosso entendimento sobre o assunto e podem contribuir o desenvolvimento de nossas ideias sobre o tema inclusão, a prática docente na educação inclusiva e a formação desses educadores. O nosso pensamento é oriundo de um problemática bem antiga, desde a nossa formação, que tem chegado aos centros acadêmicos de forma sutil através de trabalhos acadêmicos do que chamamos “ chão” das escolas – da própria escola para os espaços acadêmicos para ser solucionado, mas ao nosso vê não ganhar força por que não tem a participação dos que estão a frente dele - o professor de sala de aula devido grande parte seu distanciamento dos centros acadêmicos ou até mesmo da exposição do debate de temas como esses como algo que tem solução.

Sustentamos nossa pesquisa na observação e registro de dados do cotidiano de uma escola pública, na qual decidimos estabelecer anonimato devido a essa se assemelhar a tantas outras que enfrenta essa mesma dificuldade de ações não inclusivas e de profissionais sem preparação adequada para tão tarefas laboral. A mesma atende alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, seus docentes são formados em Pedagogia e realizam formação continuada ofertada pela rede de ensino estadual. Por isso decidimos analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia formação em licenciatura implementado pela resolução CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, sobre a perspectiva de sua diretriz de formação na área de educação inclusiva, já que segundo Scheibe (2007) essa graduação de:

... Pedagogia destina-se, na sua atual formulação legal, à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Complementarmente, também ao desenvolvimento de competências para o ensino nos cursos de nível



médio, na modalidade normal; ao ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar; às atividades de organização e gestão educacionais; e às atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional (Scheibe, 2007, p.44)

O autor nos expressa a que se destina a atuação desses profissionais formados em Pedagogia, além de suas competências profissionais e de suas competências funcionais, já as diretrizes definem que essa formação inicial como:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógico. (MEC, 2006, p.01)

Ambos concordam que essa deve preparar os futuros pedagogos para a docência com exercício no ensino de séries do Ensino Fundamental e Infantil, ou seja, exercem suas funções em áreas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais. O que analisamos nessa pesquisa é como essa diretriz abordam sobre essa formação em específico e de como esse profissional tem sido preparado dessa sua graduação para o exercício funcional de atuação na área de educação inclusiva.

Para identificarmos como essa aborda essa temática, realizamos uma pesquisa SCANNING – que é uma pesquisa pelo tipo de leitura segundo Lakatos (2014) que é a procura de um certo tópico na obra, nesse caso, nessa resolução. Utilizando o índice ou a leitura de algumas linhas, parágrafos, visando encontrar frases ou palavras-chaves. Aqui utilizamos algumas terminologias abordadas na educação inclusiva como: *Inclusão, Educação Inclusiva, Inclusiva, Acessível, Acessibilidade, Necessidades, Especiais, Adequação Curricular*, no total de oito palavras-chaves.

### **Práticas de um professor inclusivo**

Ao longo da nossa vida acadêmica estamos em um processo constate de formação, buscando o conhecimento para então sermos habilitados para ser um docente por exemplo, para sermos um médico, um advogado... para sermos um profissional devemos busca uma formação que eu capacite para o desempenho laboral de uma profissão. Mas a formação para “ser” um agente de inclusão na educação vai além dessa capacitação, não é apenas uma tarefa

de habilitação, requer além do conhecimento teórico uma constante reflexão do papel do docente na vida desses educandos. Algo que parece ser normal, mas que não é tão simples.

Junto à habilitação da docência todo professor tem um compromisso implícito de forma pessoas e essa tarefa requer uma reflexão constante desse profissional da sua atuação e do seu conhecimento, já que ele é a porta de acesso ao saber de muitos, mas ao se falar em processos de inclusão educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais essa tarefa não pode se restringe apenas na escolarização desses alunos, sua prática deve ser embasada em uma ação que o leve da condição de estar na área de inclusão para ser um agente de inclusão, no sentido mais amplo da palavra inclusão que é ato ou efeito de *incluir* – se . Com o intuito de instituir em nossas escolas a:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva<sup>1</sup> – MEC/SEESP, 2015, p.01)

Assegurando e atendendo essa diretriz educacional, na qual segundo a concepção do MEC, institui a educação inclusiva como um dos paradigmas que atende a fundamentação dos direitos humanos nos meios educacionais, já que ela tem o intuito de promover a equidade de direitos a todos, ou seja, promover a garantia de legal a educação em todas as suas esferas e segmentos de forma igualitária. Para a garantia dessa realidade não podemos deixar de lembrar a importância do professor na tarefa diária de mediar a ação entre o que regulamenta a legislação sobre as práticas inclusivas com o que realmente chega aos alunos.

Para que os profissionais da educação conheçam essas normatizações a atual legislação brasileira tem se buscado assegurar a garantia da formação de professores especializados para a área de ensino especial das escolas regulares, o que nem sempre chega a todos esses devido a oferta ser pouca de vagas desses cursos e nem todos os educadores ter interesse em formações nessa área, algo que poderia ser amenizado se esses tivessem essa formação desde sua habilitação inicial de graduação como exigência.

---

<sup>1</sup> Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, que visa estabelecer as diretrizes de atendimento da educação especial em âmbito nacional.

No entanto, há uma notória crise na formação nessa área, devido a extinção dos cursos de Pedagogia com habilitação específica a área de ensino especial e um quantitativo insuficiente de vagas em cursos de formação continuada como já citamos. Algo que muito nos preocupa e coloca em alerta sobre as dificuldades de se promover a formação / habilitação dos agentes da educação não apenas para atuarem nessa área e sim de “ser” inclusivo.

Ação que é tão sonhada e vemos a cada dia a dificuldade de sua prática efetivamente, durante a formação inicial temos ações isoladas de formação nessa área que são validadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Para os cursos de Graduação em Pedagogia (2006) onde não se há especificado formação para o atendimento a alunos com condições especiais de ensino, tendo apenas algumas referências ao ensino voltado as “diversidades”, o que pode ocorrer ao longo de um curso de quatro anos em uma única disciplina. Sendo a educação inclusiva, um dos temas tratados no curso de Pedagogia, apenas como um tópico para a formação do docente em licenciatura, sendo desconsiderada sua importância na formação docentes desses profissionais que irão preparar a formação dos alunos ANEE’S ao longo de toda sua vida docente.

Nessa perspectiva, Michel (2006) considera que a formação dos professores para estes seres inclusivo deve adquirir caráter prático e instrumental, com uma prática formatória destinadas a eles e a inclusão dos alunos que, historicamente, foram excluídos da escola e, que só a garantia da matrícula e frequência desses não determina a qualidade da formação oferta a eles, que há uma evidente distância entre o que rege a legislação da educação especial e as práticas que vemos em nossas escolas.

Com efeito, o autor antes mencionado ressalta que: sim, devemos atribuir ao professor essa tarefa de realiza a educação inclusiva, mas que o estado e a sociedade também têm um forte papel na execução dessa tarefa a de subsidiar as práticas de ensino com a garantia de formação e valorização de sua docência. Entendendo individualmente e social que ser “professor” inclusivo na atualidade e assumir o compromisso profissional de buscar amenizar as práxis de décadas de exclusão desses alunos nas redes de ensino de nosso país.

Então a formação de um profissional da educação para a ser inclusivo deve ser um compromisso pessoal da sua profissão, da sua escola, da sociedade e de todos que têm uma visão que só as ações que oportunizem a equidade de direitos podem desenvolver o conhecimento e podem diminuir as diferenças, igualando as oportunidades que é dada a cada indivíduo, pela escola e por todos que tem o privilégio de participar de sua formação.

Com base nessas atenuantes exposições de ideias, temos a fala dos autores Rinaldi, Reali e Costa (2007) sobre a atuação do professor, na qual os mesmos:

Destacam que, partindo da premissa de que o professor deve assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos, em inúmeras pesquisas tem-se reafirmado a necessidade da melhoria da formação de professores como condição premente para a inclusão de pessoas com NEEs<sup>2</sup>. Tais pesquisas evidenciam que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em suas salas de aulas alunos com NEEs. Um dos desafios que se tem para superar é a construção de um modelo de formação docente no qual a formação inicial ofereça ao futuro professor o conhecimento sobre a diversidade social, cultural e pessoal existente. (Rinaldi, 2007, p. 8).

Por fim, as ideias acima corroboram com a nossa pesquisa sobre a importância da inserção de disciplinas que abordem a educação inclusiva e as práticas em ambientes que sejam inclusos, cursos complementares nas grades curriculares dos cursos de Pedagogia, que foquem na área de inclusão de forma obrigatória, para que o docente desde sua formação inicial já se sinta um professor inclusivo e, com isso, tenha o entendimento da importância da educação inclusiva assim que chegue as escolas e que seus cursos de capacitação na área inclusiva fossem como em todas as outras áreas da educação de aprimoramento e aperfeiçoamento de suas aprendizagens.

### **3. Resultados e Conclusões**

Ao realizarmos a pesquisa de leitura SCANNING sobre as palavras (termos) usados na educação inclusiva como: *inclusão, educação inclusiva, inclusiva, acessível, acessibilidade, necessidades, adequação curricular*. Dentro da Diretriz Curricular Nacional do curso de Pedagogia identificamos o uso de alguns e a inexistência de outros. Apontamos abaixo na tabela onde cada um que foi identificado se apresentou:

---

<sup>2</sup> NEE's – Necessidades Educacionais Especiais, assim são definidos os alunos com necessidade educacionais especiais por Rinaldi em sua obra “Educação especial e formação de professores: onde estamos ... para onde vamos?”

**Quadro 1** - Citação nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (2006).

<b>Termos</b>	<b>Frases com uso dos termos apontados.</b>	<b>Página (s)</b>
Incluir	Não consta na resolução	
Inclusão	Não consta na resolução	
Educação Inclusiva	Não consta na resolução	
Acessível	Não consta na resolução	
Acessibilidade	Não consta na resolução	
Necessidades	Artigo 4º. V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; X – Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;	Página -02
Necessidades	Artigo 6º. f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considera-lo nos planos pedagógico e de ensino aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;	Página – 03
Necessidades	Artigo 8º. III – atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas	Página – 04
Necessidades Educacionais Especiais	Não consta na resolução	
Adequação Curricular	Não consta na resolução	

Elaborado pelos autores (2020)

A princípio escolhemos oito termos associados as práticas de ensino, aprendizagem e adequação física e metodológica para iniciarmos nossa análise dessa diretriz. Seis desses termos não forma identificando nessa resolução são eles: incluir, inclusão, educação inclusiva, inclusiva, acessível, acessibilidade e adequação curricular. Essas expressões se direcionam diretamente aos conceitos de formação da inclusão o de “incluir” conforme Mantoan (2007) tem o sentido de “... estabelecer relações de parcerias e conhecimentos com as mais diversas estruturas. É pensar numa educação que possibilite dinamismos. É dar possibilidade ao aluno

de somar seus processos aos processos de seus colegas. É trazer vida ao ambiente escolar”, ou seja, é essencial para se criar estruturas que fundamentam a “Inclusão” nas escolas.

Já o termo “inclusão” conforme Figueira (2019) essa prática deve ser ensinada a todos os docentes e formação desses devem estar atentas para sua importância, para ele:

Na inclusão, as iniciativas são da sociedade. E a academia tem muito a colaborar nesse processo, onde a sociedade se adapta para poder incluir em seu contexto as pessoas com deficiência. Mas, por outro lado, essas mesmas pessoas precisam ser preparadas para assumir seus papéis na sociedade, o que abre várias possibilidades de através do acesso irrestrito e de sua formação também em nível superior (Figueira, 2019, p.57)

Então ao analisarmos as diretrizes que fundamentam o PPCP – Plano de Curso da Pedagogia, ementário, a normas de estágio supervisionado e as formações complementares proposta por um curso de Pedagogia (licenciatura) buscamos identificar se estas estão atentas para a proposição dessa oferta. Nesse caso, ainda não identificamos essa ação propositiva nas diretrizes que regulamenta esse curso.

Continuamos nossa perscrutação dessa resolução, a expressão “Educação Inclusiva” também não se encontra nessa diretriz, então atribuímos essa ausência devido a sua falta também na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1992, nos PCN’S - Parâmetros Curriculares da Inclusão de 2003 e também na LBI – Lei Brasileira de Inclusão de pessoas com necessidades que é mais recente de 2015, leis essas que podem ter norteado a fundamentação teórica dessa resolução. O certo é que essa não aparece nos documentos que fundamentam oficialmente as diretrizes da inclusão em nosso país.

Então partimos para a busca da palavra “Inclusiva” que também não aparece na resolução e tem uma definição diferente da que é dada a Educação Inclusiva que segundo Figueira (2019) essa tem atualmente o sentido de assegurar “o compromisso para com a “Educação para Todos”, reconhecendo a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” essa deve ser além de uma modalidade de ensino é um compromisso social de todos. Enquanto a prática inclusiva deve ser norteada por princípios que se atentem que o incluir não é apenas algo a ser pensando mais sim construído, já que essa não é mais uma especulação é sim uma realidade de nossas escolas:

Por este motivo, cada vez mais vemos crianças e pessoas com deficiência em nossas escolas, nos espaços de lazeres e em todos os lugares da vida diária. Devemos estar preparados para essa convivência, aceitando as diferenças e a individualidade de cada

pessoa, uma vez que o conceito de inclusão mantém este lema: Todas as pessoas têm o mesmo valor (Figueira, 2019, p. 71)

Com base na afirmativa desse autor, podemos entender o quanto essa modalidade de ensino deve ser reconhecida, debatida e desenvolvida suas práticas de ensino-aprendizagem nos meios acadêmicos e escolares de nosso país, sua ação não pode mais se encerrar como uma ação a futuro onde o professor se forma hoje e depois a realiza através da formação continuada, considerando que esses alunos já o esperam nos meios educacionais a urgência dessa formação que é pressuroso.

Ainda analisando a citação de Figueira, continuamos a pesquisa das palavras “acessível” e “acessibilidade” que tem quase a mesma semântica, mas significados diferentes na área da inclusão Sassald (1997) define acessível na área inclusiva como “eliminação de barreiras físicas e sociais, visando a criação de uma sociedade acessível a todos, com ênfase particular de medidas para corresponder a necessidades e interesses” já para Figueira (2019) a:

Acessibilidade significa não apenas permitir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população. Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas (Figueira, 2019, p.18)

Ambas definem a criação de espaços onde não haja limitações físicas de acesso e locomoção de pessoas com necessidades físicas/motoras, mas a acessibilidade vai além ela também busca a adesão de produtos e bens que facilitem a locomoção, aprendizagem e acesso de todos a uma vida urbana confortável e social.

Já nos ambientes escolares temos como uma das técnicas de ensino-aprendizagem que busca a oferta desse tipo de produto de acessibilidade a “Adequação Curricular” é um forte aliada a prática direta com alunos com necessidades especiais, na nossa pesquisa buscamos identifica-la nas diretrizes e não identificamos. Para Figueira (2019) “a adequação curricular como um elemento dinâmico da educação para todos e a sua viabilização para os alunos com necessidades educacionais especiais” essa prática flexibiliza a ação docente no sentido de atender a todos, propicia seu progresso em função de suas possibilidades e respeita as suas diferenças individuais.

Portanto essa ação busca assim como a acessibilidade a criação da funcionalidade do espaço acadêmico aos alunos com necessidades especiais. Continuando nossa pesquisa



vocabular encontramos a palavra “necessidades” citada três vezes no documento analisado, nos artigos 4º- em uma breve definição, nesse parágrafo ela aborda de duas formas o termo um como forma de reconhecer as limitações físicas do indivíduo e no outro como forma de estabelecer o conhecimento sobre as diversidades existentes, no artigo 6º- estabelece a importância da relação educacional com o multiculturalismo social e no artigo 8º - estabelece o planejamento de atividades que atendam de forma complementares os cursos de Pedagogia sobre a temática. Todas essas definições se atentam para a importância do incluir como forma de inserção social, mas não garante a efetivação dessas nos currículos desses cursos, até mesma a que cita o planejamento dessas formações o prevê como uma forma complementar.

A última expressão vocabular analisada foi “Necessidades Educacionais Especiais” que também não consta na resolução, a mesma é utilizada nos PCN’S (2003) como uma forma de se referir a pessoas com necessidades especiais de aprendizagem e não as suas deficiências, veja:

A expressão necessidade educacional especial pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência (s) (PCN’S, 2003, p.27)

Com essa análise encerramos nossa pesquisa SCANNING e ao mesmo tempo engendramos nossas ideias sobre a importância da formação docente na perspectiva da educação inclusiva nos cursos de Pedagogia.

#### **4. Considerações Finais**

O trabalho tem o intuito de levantar a importância do debate da educação inclusiva, esse, no entanto enfoca-se na atuação do docente, faz uma análise de sua formação (capacitação) e busca a relação da atuação com o preparo desses profissionais, preparo que não só restringe na área acadêmica, mas também na área pessoal.

Levanta a importância desse profissional na vida desses educandos, assim como fala sobre sua atuação que deve ir além daquela que ele recebe em suas formações (inicial e continuada) já que a sua atuação na modalidade de ensino especial, que chamamos aqui de inclusiva, pede uma ação mais humanizada de sua parte, assim compreendermos que o mesmo deve ter essa visão para o desempenho dessa missão educacional.

Como evidenciamos a oferta da formação nessa área não é tão ampla quanto deveria ser e ainda contamos com colegas que nem sempre se interessa por essa formação, mesmo realizando a inclusão em suas turmas. Cabe então ao professor que é inclusivo, aprender com as poucas ofertas de formação, com seus pares e em especial com seus alunos.

Já que não há uma fórmula pronta para se preparar um professor inclusivo? Podemos dizer que aqui apontamos alguns caminhos, embasamos nossas falas em alguns autores e algumas diretrizes de ensino especial e por fim propormos uma reflexão sobre a formação e atuação dos profissionais que realizam a Inclusão em nossa rede de ensino, reforçando que a Educação Inclusiva é uma realidade de nossas escolas e que não podemos mais perder tanto tempo em ações/atuações que provoquem tantos equívocos nas vidas acadêmicas desses educandos.

## Referências

Brasil. Ministério da Educação. Censo Escolar de 2017- Portal INEP- Instituto de Nacional de Estudo e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>.

Brasil. MEC- Ministério da Educação (2009). Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf).

Brasil, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

Brasil. MEC (PCN'S) Ministério da Educação (2003). *Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais* / coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fabio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

Brasil, MEC/ SEESP - Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2015). MEC/SEESP. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download &alias = 16690-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download &alias = 16690-)

politica-nacional-deeducacao-especial-na-perspectiva-daeducacao-inclusiva-05122014 &Itemid=30192

Demo, P. (2002). Conhecimento e aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. CLASCO. ProQuest Ebook Central. Recuperado de <http://ebookcentral.proquest.com/lib/ifmg-ebooks/details.action?docID=3231199>.

Demo, P. (2016). *Questionando a graduação* (ensaio). Recuperado de <[https://docs.google.com/document/d/1y-OhRkIY-Lb\\_Y2P-0eVntZZQBY79MbPY4fS\\_dA8T\\_Sol\\_4/pub](https://docs.google.com/document/d/1y-OhRkIY-Lb_Y2P-0eVntZZQBY79MbPY4fS_dA8T_Sol_4/pub) >

Ferreira, J. R. (1993). *A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência*. Piracicaba: Unimep.

Figueira, E. (2018). *Educação Inclusiva* – Ebook digital. São Paulo.

Figueira, E. (2019). *Introdução geral à educação inclusiva* - Emilio Figueira. – São Paulo: Figueira Digital/Agbook.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. Editora: Paz e Terra. São Paulo.

Lakatos, E. M. (2014). *Metodologia do trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos*/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. (7a ed.), São Paulo:Atlas.

Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna.

Mantoan, M. T. E. (2007). *Igualdade e diferenças nas escolas: olhares de futuras pedagogas* / Maria Teresa Eglér Mantoan. -- Campinas, SP: FE/ UNICAMP.

Mantoan, M. T. E. (2006). Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim (org). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus.

Michels, M. H. (2006). *Formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar*. Revista Brasileira De Educação, Campinas, 11(33).

Rinaldi, R. P., Reali, A. M. de M. R., Costa, M. da P. (2007). *Educação especial e formação de professores: onde estamos... para onde vamos?* Horizontes, Belo Horizonte, 25(1).

Scheibe, L. (2007). Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa. Cadernos de Pesquisa, 37(130), 43-62.

Sassald, R. K. (1997) *Inclusão! Construindo uma sociedade para todos*. Romeu Kazumi Sassaki. - Rio de Janeiro: WVA. Rio de Janeiro

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Tatiany Michelle Silva e Almeida – 33,33%

Dirceu Manoel de Almeida Junior – 33,33%

Rodrigo Francisco Dias – 33,33%